

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE  
CNPJ: 11.376.024/0001-66

Balancos patrimoniais encerrados em 31 de dezembro

Valores expressos em reais.

	Notas	2019	2018	Notas	2019	2018
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalente de caixa	4	77.305	120.946	8	13.576	1.200
Contas a receber	5	120.102	180.000	9	4.732	6.118
Impostos a recuperar	6	56	1.223	10	8.907	4.926
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>197.463</b>	<b>302.169</b>	11	150.000	150.000
				12	120.102	180.000
<b>Ativo não circulante</b>					<b>297.317</b>	<b>342.244</b>
Imobilizado	7	18.664	24.977			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>18.664</b>	<b>24.977</b>	13.a	(15.098)	(144.350)
					(66.092)	129.252
<b>Total do ativo</b>		<b>216.127</b>	<b>327.146</b>		<b>(81.190)</b>	<b>(15.098)</b>
					<b>216.127</b>	<b>327.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ricardo Young Silva  
Diretor Presidente  
CPF. 012.578.418-07

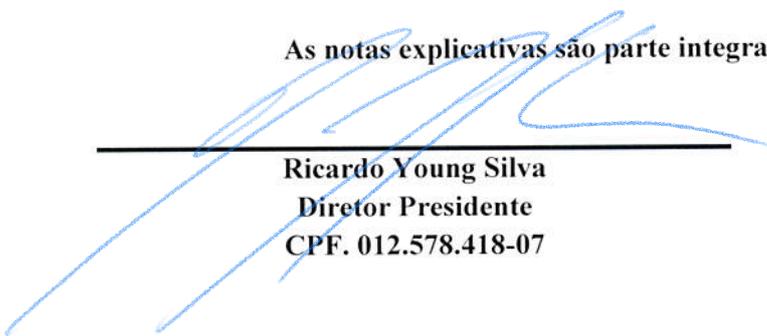
José Carlos Moraes Pinto  
Contador CRC. 1SP 061813/O-2  
CPF. 107.848.108-34

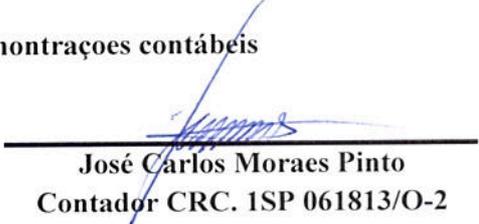
**INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE**  
**CNPJ: 11.376.024/0001-66**

**Demonstração do resultado do período - Exercício findos em 31 de dezembro**

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Receitas operacional líquida	<b>14</b>	<u>1.206.004</u>	<u>943.022</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal		(85.906)	(157.309)
Despesas com projetos	<b>15</b>	(638.336)	(158.395)
Despesas administrativas	<b>16</b>	(541.556)	(482.432)
Depreciação		(5.210)	(7.706)
Despesas tributárias		(879)	(64)
Outras receitas e despesas		<u>187</u>	<u>(911)</u>
		(1.271.700)	(806.817)
<b>(Déficit) Superáfit antes do resultado financeiro</b>		<b>(65.696)</b>	<b>136.205</b>
Receitas financeiras		6.262	678
Despesas financeiras		(6.554)	(7.620)
Variação monetária ativa		46	58
Variação monetária passiva		<u>(150)</u>	<u>(69)</u>
		<b>(396)</b>	<b>(6.953)</b>
<b>(Déficit) Superávit do exercício</b>		<u><b>(66.092)</b></u>	<u><b>129.252</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

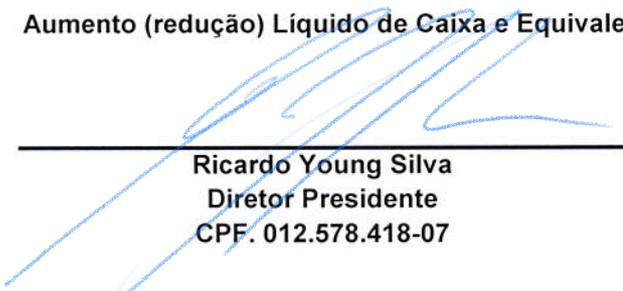
  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Young Silva**  
**Diretor Presidente**  
**CPF. 012.578.418-07**

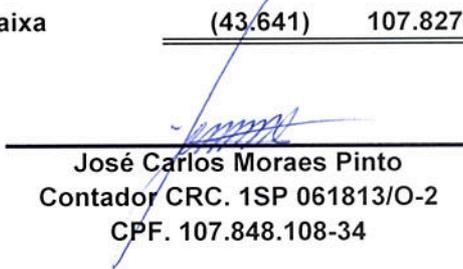
  
\_\_\_\_\_  
**José Carlos Moraes Pinto**  
**Contador CRC. 1SP 061813/O-2**  
**CPF. 107.848.108-34**

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE  
CNPJ: 11.376.024/0001-66

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>2.019</b>	<b>2.018</b>
(Déficit) Superávit do exercício	(66.092)	129.252
<i>Ajustes por:</i>		
(+) Despesas com depreciação	5.210	7.706
(+) Baixa imobilizado	1.103	4.784
(+) Ajustes anos anteriores	-	(3.617)
<b>(Déficit) Superávit do período ajustados</b>	<b>(59.779)</b>	<b>138.125</b>
<b>Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes</b>		
Contas a receber	59.898	59.119
Adiantamento a fornecedores	-	3.617
Impostos a recuperar	1.167	(1.166)
<b>Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes</b>		
Fornecedores	12.376	(13.609)
Obrigações sociais e tributárias	(1.386)	(4.022)
Provisões trabalhistas	3.981	(10.696)
Parte relacionada	-	(59.119)
Projetos a realizar	(59.898)	(3.748)
<b>(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(43.641)</b>	<b>108.501</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisições de bens - Ativo imobilizado	-	(674)
<b>Aumento (redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(43.641)</b>	<b>107.827</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>120.946</b>	<b>13.119</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício</b>	<b>77.305</b>	<b>120.946</b>
<b>Aumento (redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(43.641)</b>	<b>107.827</b>

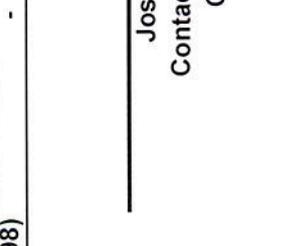
  
Ricardo Young Silva  
Diretor Presidente  
CPF. 012.578.418-07

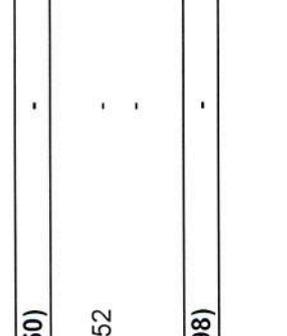
  
José Carlos Moraes Pinto  
Contador CRC. 1SP 061813/O-2  
CPF. 107.848.108-34

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE

CNPJ: 11.376.024/0001-66

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit acumulado	Superávit/Déficit Exercício	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>48.783</b>	<b>(137.965)</b>	<b>(51.551)</b>	<b>(140.733)</b>
Incorporação ao patrimônio social	(193.133)	141.582	51.551	-
Ajustes ano anterior	-	(3.617)	-	(3.617)
Déficit do exercício	-	-	129.252	129.252
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(144.350)</b>	<b>-</b>	<b>129.252</b>	<b>(15.098)</b>
Incorporação ao patrimônio social	129.252	-	(129.252)	-
Déficit do exercício	-	-	(66.092)	(66.092)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(15.098)</b>	<b>-</b>	<b>(66.092)</b>	<b>(81.190)</b>

  
 Ricardo Young Silva  
 Diretor Presidente  
 CPF. 012.578.418-07

  
 José Carlos Moraes Pinto  
 Contador CRC. 1SP 061813/O-2  
 CPF. 107.848.108-34

## **Notas explicativas do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.**

### **1. Contexto operacional**

**Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS** (o “Instituto”) é uma Associação civil sem fins lucrativos que foi fundada em 18 de outubro de 2009, e iniciou suas atividades em 14 de janeiro de 2010, estabelecida na Capital do Estado de São Paulo a Travessa Dona Paula, 01 conjunto 4, sala B, Higienópolis.

Conforme despacho do Secretário Nacional de Justiça, de 26 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2012, o Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ no 08071.032311/2011-77.

#### **O Instituto possui os seguintes objetivos:**

Promover e estimular a geração, elaboração e divulgação de valores, idéias, e propostas voltadas à promoção da democracia e da paz e a construção de novos modelos de desenvolvimento socioeconômico, para o Brasil e para o mundo, que tenham como elemento central a garantia da sustentabilidade socioambiental.

Monitorar e divulgar as ações e decisões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas federativas, bem como das empresas e da sociedade civil organizada que produzam efeitos positivos ou negativos sobre a implementação de políticas e modelos de desenvolvimento sustentável.

Estimular o debate de ideias e promover o acúmulo de conhecimento nas suas áreas de atuação, utilizando, sobretudo, plataformas colaborativas em rede com outras instituições e especialistas, bem como realizando, organizando e divulgando pesquisas e estudos nas diversas áreas do saber relativas à suas atividades.

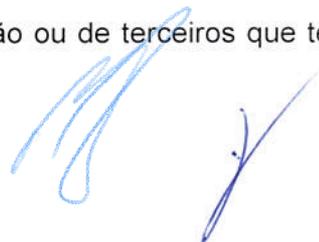
Divulgar, por quaisquer meios, as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatados a sua missão e as suas atividades, tendo como especial foco a juventude, porém sem exclusão dos demais públicos.

Estimular a formulação, o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos objetivos.

Usar de todos os meios de comunicação que estiverem ao seu alcance para divulgar suas idéias, valores e conhecimentos acumulados, podendo para isso, produzir, publicar, editar, manter, distribuir e divulgar livros, revistas, web-site, blogs, vídeos, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão ou televisivos, entre outros, realizar prospecção, gravação, edição e divulgações de imagens, músicas, depoimentos relacionados com suas diversas atividades.

Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades.

Distribuir e vender produtos e materiais da própria associação ou de terceiros que tenham relação com seus objetivos.



Assessorar e prestar serviços de consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos relacionados a sustentabilidade socioambiental a organizações públicas e privadas.

Firmar convênios, termos de parceria e demais contratos para a realização de projetos junto a outras instituições públicas ou privadas e terceiros.

Realizar, organizar, promover ou participar de eventos culturais como debates, conferências, seminários, cursos e congressos.

Participar de intercâmbios com outras organizações e entidades nacionais e internacionais afins, em especial na América Latina e Caribe, para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativos à suas atividades.

Promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos e campanhas nacionais e internacionais de apoio e defesa do patrimônio ambiental e cultural e dos direitos dos povos.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras preparadas pela sociedade estão de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.255/09, o qual está sendo apresentado de forma comparativa para os exercícios de 2019 e 2018.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Moeda funcional de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Adicionalmente todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **3. Sumário das principais práticas contábeis**

### **a) Caixa e equivalente de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

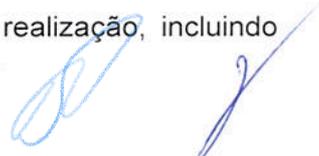
### **b) Apuração do superávit/(déficit)**

Os recursos provenientes de doações e contribuições são reconhecidos como receita durante o exercício por ocasião do seu efetivo ingresso.

As demais despesas e receitas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

### **c) Outros ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.



d) Patrimônio Líquido

Constituído por doações recebidas de seus outorgantes instituidores e de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

A transferência do superávit/(déficit) para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação de assembleia dos associados.

e) Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de bancos são representados por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

A aplicação financeira refere-se a investimentos de liquidez imediata, mantidos junto ao Itaú Unibanco S.A. a rentabilidade é diária e atrelada a taxa do DI\*.

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	318	221
Conta corrente	266	266
Aplicações (a)	<u>76.721</u>	<u>120.459</u>
	<u>77.305</u>	<u>120.946</u>

- a) São representadas por aplicações de liquidez imediata e sua rentabilidade é atrelada a taxa do DI\*, para as quais inexitem carência, multas, perda de rendimento financeiro ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

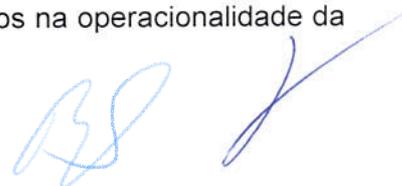
\*A taxa DI é uma taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.

#### 5. Contas a receber

O saldo de contas receber que compõe o grupo são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo composto por faturas a receber decorrentes da prestação de serviços e contratos de projetos. Não há reconhecimento de ajuste a valor presente de acordo com as disposições do CPC PME, pois os prazos médios de recebimento variam, em média de 30 a 45 dias, fazendo com que os efeitos sejam imateriais, independente da taxa de desconto utilizada.

#### 6. Impostos a recuperar

O grupo é composto por impostos pagos indevidamente que poderão ser utilizados para compensação mediante PER/DCOMP e créditos tributários gerados na operacionalidade da empresa.



## 7. Imobilizado líquido

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação e a depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear pela taxa fiscal, de acordo com vida útil dos bens conforme demonstrado abaixo.

	<u>2018</u>			<u>2019</u>
	<u>Custo Original</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo Original</u>
Equipamentos de informática	61.562	-	-	61.562
Instalações	3.150	-	-	3.150
Máquinas e equipamentos	19.617	-	-	19.617
Móveis e utensílios	<u>43.182</u>	<u>-</u>	<u>(2.790)</u>	<u>40.392</u>
Imobilizado bruto	127.511	-	(2.790)	124.721
Equipamentos de informática	(58.447)	(1.601)	-	(60.048)
Instalações	(2.006)	(225)	-	(2.231)
Máquinas e equipamentos	(15.640)	(681)	-	(16.321)
Móveis e utensílios	<u>(26.441)</u>	<u>(2.703)</u>	<u>1.687</u>	<u>(27.457)</u>
Depreciação acumulada	<u>(102.534)</u>	<u>(5.210)</u>	<u>1.687</u>	<u>(106.057)</u>
Imobilizado líquido	<u>24.977</u>	<u>(5.210)</u>	<u>(1.103)</u>	<u>18.664</u>

## 8. Fornecedores

Correspondem, basicamente, a contas a pagar por compras de materiais e prestadores de serviços em geral utilizados na prestação de serviços.

## 9. Obrigações sociais e tributárias

Constituídos essencialmente por apropriações de salários, encargos trabalhistas, retenções de serviços tomados de terceiros e tributos calculados sobre as receitas operacionais da sociedade.

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários a pagar	-	3.499
COFINS a recolher	824	-
Impostos e contribuições Lei 10.833/03	163	169
FGTS a recolher	511	439
INSS a recolher	1.794	1.675
PIS a recolher	64	55
IRRF a recolher	407	270
ISS	<u>969</u>	<u>11</u>
	<u>4.732</u>	<u>6.118</u>



## 10. Provisões trabalhistas

Constituídos essencialmente por encargos trabalhistas, retenções de serviços tomados de terceiros e tributos calculados sobre as receitas operacionais da sociedade. O grupo é composto de provisões trabalhistas, cujo detalhamento apresentamos abaixo:

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão férias	6.622	3.662
Provisão INSS s/ férias	1.689	934
Provisão FGTS s/ férias	530	293
Provisão de PIS s/ férias	<u>66</u>	<u>37</u>
	<u>8.907</u>	<u>4.926</u>

## 11. Parte relacionada

Este grupo é composto por valores a serem devolvidos ao diretor João Paulo Ribeiro Capobianco e tem seu prazo de vencimento pré-determinado no terceiro termo de aditamento ao contrato de mutuo findo em 05 de dezembro de 2020 e não está sujeito a incidência de multa ou juros moratórios.

## 12. Projetos a realizar e adiantamento de clientes

O grupo é composto de apropriações de adiantamento de clientes e projetos a serem realizados.

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Projeto rural sustentabilidade	-	5.000
Doações SABESP	-	175.000
Subvenção U.E - Projeto GT agenda 2030	80.102	-
Projeto Radar - Apoio RAC/AVINA	<u>40.000</u>	<u>-</u>
	<u>120.102</u>	<u>180.000</u>

## 13. Patrimônio líquido

### a) Patrimônio social

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos (superávits/déficits) apurados anualmente, desde a data de sua constituição. Em caso de dissolução do Instituto, ajustados todos os compromissos creditícios, seu patrimônio remanescente será destinado em benefício de uma ou mais entidades congêneres, preferencialmente com a mesma finalidade institucional. As beneficiárias deverão ser escolhidas na Assembleia Geral de dissolução.

### b) Plano de ação

Os recursos de R\$ 120.102,01 (cento e vinte mil e cento e dois reais e um centavo) a realizar constantes na rubrica de contas a receber contempla despesas com folha do Instituto para a realização dos projetos, estando assim parcialmente cobertos os custos fixos do ano seguinte. As negociações para renovação de outras parcerias está em estágio avançado, com perspectiva de crescimento na arrecadação de receitas. De qualquer modo, a todo momento a Coordenação Executiva do IDS em conjunto com o Conselho Diretor revisam a situação de caixa e orçamento para, se necessário, realizar ajustes indispensáveis. Além disso, no orçamento projetado para o próximo ano fiscal, o Instituto prevê a amortização de 50% do contrato de mútuo, ainda que haja flexibilidade assegurada para liquidação desse passivo, considerando que ele foi realizado com um associado-fundador e membro do Conselho Diretor do IDS.



#### 14. Receita líquida

O grupo é composto por receita bruta de serviços prestados e impostos incidentes, doações recebidas por contribuintes no País e no Exterior, doações de espaços físicos e receitas de serviços voluntários.

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
APOIO/PATROCÍNIO INSTITUCIONAL FINAN. SABESP	175.000	175.000
DOAÇÕES CONTRIBUINTES NO PAÍS	163.960	250.231
UNIÃO EUROPEIA PROJ. 2030 - UE	-	64.315
DOAÇÕES CLUA (EXTERIOR)	544.574	-
SERVIÇOS PRESTADOS	106.716	267.119
RECEITA TRABALHO VOLUNTARIOSO	227.580	212.000
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE SERVIÇOS	<u>(11.826)</u>	<u>(25.643)</u>
	<u>1.206.004</u>	<u>943.022</u>

#### 15. Despesas de Projetos

O grupo contempla todos os gastos para a implantação e execução dos projetos ativos durante o exercício de 2019 e 2018, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
MACEIÓ MAIS INCLUSIVA TR4 E TR5	9.054	147.650
CONSULTORIA TÉCNICA – WRI	-	4.000
PROJETO UNIÃO EUROPEIA AGENDA 2030	76.013	6.745
SABESP	105.410	-
RADAR CLIMA E SUSTENTABILIDADE	423.229	-
PROTOCOLO DO MONITORAMENTO OGA	24.500	-
PACTO FEDERATIVO PARA AGENDA 2030	<u>130</u>	<u>-</u>
	<u>638.336</u>	<u>158.395</u>

#### 16. Despesas de Administrativas

A composição das despesas administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada como segue:

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguéis imóveis	4.958	19.921
Despesas de condomínio	34.576	0,00
Condução	4.178	4.227
Despesas com internet	3.588	3.455
Propaganda e publicidade	7.442	5.717
Serviço de pessoa física	8.431	8.472
Serviços de pessoa jurídica	227.550	180.564
Viagens e estadias	8.127	23.345
Despesas com trabalho voluntarioso	227.580	212.000
Outras despesas	<u>15.126</u>	<u>24.731</u>
	<u>541.556</u>	<u>482.432</u>



## 17. Aspectos Fiscais

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, posteriormente alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013 e pela Lei nº 13.151 de 28 de julho de 2015, cujos principais aspectos de interesse da Entidade estão apresentados a seguir:

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável e por não ser entidade beneficente de assistência social não possui isenção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

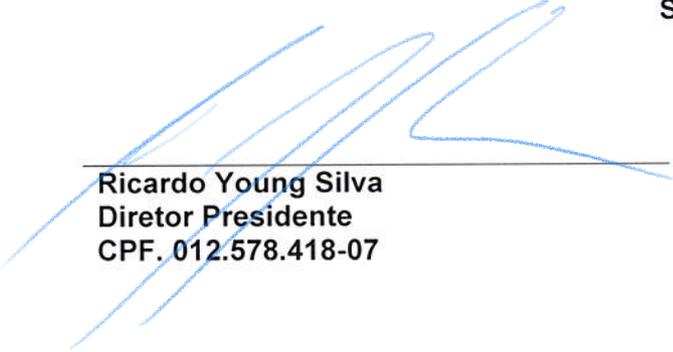
As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações.
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.



O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019



---

Ricardo Young Silva  
Diretor Presidente  
CPF. 012.578.418-07



---

José Carlos Moraes Pinto  
Contador CRC. 1SP 061813/O-2  
CPF. 107.848.108-34